



REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DO NEGRO E DO INDÍGENA NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA ÁREA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PERÍODO DE 2008 A 2014

Maria Luisa da Silva Borniotto
José Henrique Rollo Gonçalves

Resumo

Este artigo é parte da conclusão dos estudos realizados no “Curso de Especialização em História da África e cultura afro-brasileira práticas docentes, relações raciais e a aplicação da Lei 10639/03” desenvolvido no Departamento de Teoria e Prática, da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. A metodologia pauta-se na pesquisa qualitativa, por meio do estudo sobre o estado da arte, cujo objetivo foi o de tentar responder de que forma as dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos abordam, na área da formação de professores, a implementação da obrigatoriedade dos estudos da História e Cultura da África, Afro-brasileira e Indígena no Brasil, conforme dispõe a lei federal nº 11.645/2008. As fontes foram levantadas e sistematizadas a partir do banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) e banco de artigos científicos na base da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). O resultado do estudo demonstra a ausência de políticas efetivas para a formação de professores em diferentes regiões do país, bem como ausência de recursos didáticos adequados para o trabalho de professores com a temática; o que está a demandar uma luta efetiva por parte da sociedade para que se efetive o que dispõe a Lei.

Palavras-chave: Lei nº 11.645/08; Educação étnico-racial; Formação de professores.

Abstract

This article is part of the conclusion of the studies carried out in the “Course of Specialization in the History of Africa and afro-brazilian culture teaching practices, race relations, and the enforcement of Law 10639/03” developed in the Department of Theory and Practice in States University of Maringá, from Paraná. The methodology it is guided on qualitative research, through the study on the state of the art, whose purpose was to try to answer that form of the master's dissertations, doctoral theses and scientific articles discuss, in the area of teacher training, the implementation of the compulsory studies in the History and Culture of Africa, Afro-brazilian and indigenous in Brazil, in accordance with the federal law nº 11.645/2008. The sources have been collected and systematized from the bank of theses and dissertations of



the Coordination for the Improvement of Persons of Superior Level (CAPES), and database of scientific articles on the basis of the Scientific Electronic Library Online (SCIELO). The result of the study demonstrates the absence of effective policies for the training of teachers in different regions of the country, as well as a lack of teaching resources suitable for the work of teachers with the subject; that is to require a effective struggle on the part of society in order to become effective the disposal of the Law.

Keywords: Law nº 11.645/08. Education, ethnic racial. The training of teachers.



INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho faz parte das discussões realizadas no “Curso de Especialização em História da África e cultura afro-brasileira práticas docentes, relações raciais e a aplicação da Lei 10639/03”, oferecido pelo Departamento de Teoria e Prática (DTP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante o curso, tivemos a oportunidade de estar em contato com as questões étnicorraciais e as medidas afirmativas implantadas no âmbito da educação por meio de políticas públicas com intuito de amenizar o preconceito e a discriminação que sofrem negros e indígenas pelas diferentes formas em sociedade, sejam elas de dominação econômica, política e cultural. Estudamos as ações afirmativas implantadas na educação brasileira, como a Lei Federal nº. 10.639/2003, introduzida na Lei nº. 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando, em seus art. 26, 26 A e 79 B, o direito a igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como igualdade de direito de acesso às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, em diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, e, posteriormente, na Lei 11.645/08 que dá a mesma orientação quanto à temática indígena. Essas Diretrizes Curriculares Nacionais foram implementadas para estarem presentes nos currículos e projetos político-pedagógicos de todas as instituições de ensino, particulares ou públicas, em todos os níveis, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

A Lei 10639 e, posteriormente, a Lei 11645, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos (BRASIL, 2004, p. 5).



Essas são medidas de combate ao preconceito, por meio de políticas públicas, e iniciativas que requerem, por meio da escola, o combate ao preconceito e a discriminação que sempre sofreu e ainda sofrem as populações negras e indígenas no Brasil. Desta forma, consideramos de suma relevância mapear e discutir as produções científicas sobre a formação de professores para atuar com a temática das relações étnicorraciais em sala de aula, visando compreender de que forma abordam a temática.

MATERIAL E MÉTODOS

Diante da necessidade de superação da situação, atual, de preconceito e desigualdade social e racial, em um país miscigenado como o Brasil, é fundamental entendermos quais são as contribuições raciais e étnicas, assim como a representação e representatividade do negro e do indígena nas inserções curriculares que possibilitem a valorização da história desses povos no Brasil nas produções culturais e científicas desenvolvidas nas pesquisas das universidades brasileiras na área de formação de professores. Dentro desta perspectiva, devido à limitação deste artigo, foram realizados levantamentos sobre os estudos produzidos e publicados no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no banco de artigos científicos na base da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) no período de 2008 a 2014. Focalizamos nos estudos cinco dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e seis artigos publicados em periódicos científicos.

As dissertações de mestrado localizadas foram as seguintes: Rinaldo Farias de Vasconcelos (2011); Ana Cláudia Oliveira da Silva (2012); Clovis Claudino Bento (2012); Mayara Silvério Batista Rosa (2012); Leonardo Machado Palhares (2012). Com relação às teses de doutorado disponibilizadas na base de dados da CAPES, neste período, foi encontrado apenas um estudo, de Marinês Viana de Souza (2010).



Os artigos científicos levantados na base de dados da *SCIELO* foram de Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson Jesus (2013); Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho (2013); Lucimar Rosas Dias (2012); Sônia Santos dos Santos e Vera Lúcia de Carvalho Machado (2008); Wanderleya Nara Gonçalves Costa (2009); Douglas Verrangia e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010).

A partir destas fontes, partiu-se para a análise de conteúdo. Conforme o que dispõe Bardin (2009), esta abordagem corresponde a um conjunto de técnicas que permitem a análise de um fenômeno utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens e textos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

As orientações curriculares sobre a representação e representatividade da história dos povos africanos e indígena nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado encontramos em pesquisas como a de Vasconcelos (2011), intitulado **Estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena: limites e possibilidades de implementação no contexto do ensino técnico em agropecuária no Campus Barreiros**, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. O trabalho analisou as implicações na implementação do Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no contexto da educação básica e outros níveis e modalidades de ensino, a partir das experiências dos professores (as) e dos alunos (as) do curso técnico em agropecuária, integrado ao Ensino Médio, do Campus Barreiros, no mesmo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, enfocando as relações étnico-raciais e as políticas de reparações, reconhecimento e valorização de ações afirmativas no cotidiano escolar.



O estudo da dissertação aponta que, mesmo que ainda exista dificuldade de se trabalhar os conteúdos que norteiam a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena no contexto escolar, bem como, às relações étnico-raciais no ambiente de ensino-aprendizagem, o autor considera a escola como um espaço estratégico com papel fundamental no processo de construção e reconstrução de valores sociais, por isso, acredita ser necessário que haja um novo olhar sobre a questão racial no contexto escolar, já que o sistema de ensino brasileiro se baseia numa visão eurocêntrica, monocultural, discriminatória de caráter racista e excludente. Afirma que a questão racial no Brasil têm suas raízes desde a forma como se deu a colonização – por meio de relações excludentes e de exploração – e que isso se estende até o período atual. Porém, a reflexão sobre a questão somente toma corpo a partir do momento em que se busca criar uma identidade nacional, formada por três componentes o afro (negro), o europeu (branco) e o nativo (índio).

Ao entrevistar professores e alunos com a finalidade de buscar apontamentos sobre encaminhamentos existentes quanto ao conhecimento e ao tratamento dado à questão étnico-racial na escola, o autor conclui que as ações em prol do combate à discriminação e ao preconceito em relação aos negros e indígenas no Brasil, ainda são pontuais, não se transformaram em elementos permanentes, uma vez que o programa do Curso Técnico, ainda se encontra amarrado às concepções didático-pedagógicas tradicionais. Desta forma, poucos potencializam o desenvolvimento de práticas que se transformem em políticas permanentes no ambiente escolar.

Infere que a garantia de implementação, visibilidade e ampliação de ações de promoção da igualdade racial-étnica e da Lei nº 11.645/2008, depende do envolvimento de um maior número de pessoas dentro do ambiente escolar, materializando a temática étnico-racial como eixo-temático transdisciplinar e transversal. No questionamento relacionado à presença de práticas preconceituosas e racistas na escola, o autor evidencia que, por parte de



muitos alunos, este fenômeno ainda se manifesta no ambiente escolar, porém de forma silenciosa e, às vezes, não observada por parte da comunidade.

Destaca que a maioria dos professores entrevistados, por não ter usufruído de uma formação voltada para esse tipo de estudo, não conhece questões básicas relacionadas à África, nem a trajetória dos africanos e afros descendentes no Brasil, o que, certamente o impossibilita de desenvolver estudos mais aprofundados sobre a história e cultura africana e afro-brasileira coerentemente, sem folclorismo.

A pesquisa de mestrado de Ana Claudia Oliveira da Silva (2012), **Diversidades etnicorraciais e a política educacional de Pernambuco: a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena como conteúdo curricular**, propôs-se a examinar o processo de implementação da Lei 11.645/08, nos currículos oficiais, na rede Estadual de Ensino de Pernambuco, no recorte temporal de 2007 a 2010. Tomou como ponto de partida a problematização de como as diferenças socioculturais foram assumindo contornos de desigualdades desde a colonização no Brasil e os modos como se apresentam na atual conjuntura educacional, levando em conta, todavia, que as lutas por reconhecimento e valorização das diferenças têm inscrito na agenda pública a definição de políticas que visam promover a igualdade étnico-racial brasileira também no campo educacional.

O principal objetivo do estudo foi investigar as ações governamentais de âmbito estadual para que os princípios registrados na legislação fossem seguidos, procurando identificar possíveis distâncias entre o que foi proclamado nos termos da Lei e as formas de sua assimilação pela política educacional de Pernambuco. Para tanto, optou por desenvolver uma pesquisa de enfoque qualitativo por meio da análise de documentos e da realização de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores envolvidos no processo, além de pesquisa no Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Os resultados apontaram que a atuação dos Movimentos Sociais e do MPPE tiveram grande relevância para que conquistas, ainda que limitadas, acontecessem em âmbito estadual.



Revelaram ainda que as ações da Secretaria de Educação de Pernambuco (SEDUC-PE) no período investigado foram pontuais e descontínuas, em consonância com os projetos do governo estadual que tem privilegiado a obtenção de resultados com menor aplicação de recursos desconsiderando as especificidades do campo educativo e a centralidade das temáticas afro-indígenas. Estas constatações reafirmam a distância entre a aprovação de políticas de ação afirmativa e sua implementação de fato nas escolas, demonstrando que o processo de implementação das políticas que visam combater as desigualdades e as discriminações étnicorraciais é incipiente, face às posturas tradicionais referentes ao tratamento da questão. Entretanto, a pesquisa aponta que a Lei nº 11.645/08 pode configurar-se como um importante instrumento de luta para a mobilização e o questionamento em torno das desigualdades historicamente existentes.

A dissertação de Mestrado de Clovis Claudino Bento (2012), defendida na Universidade Federal de São Carlos, intitulada **Jogos de origem ou descendência indígena e africana na educação física escolar: educação para e nas relações étnico-raciais**, teve como objetivo central buscar uma compreensão dos processos educativos que se desenvolveram na prática social de jogos de origem ou descendência indígena e africana no contexto de uma intervenção em aulas de Educação Física com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública estadual localizada na cidade de São Carlos/SP, conforme a Lei nº 11.645/2008 que inclui a História e a Culturas Indígenas, na Educação Básica.

Bento (2012) considera que a Educação Física, assim como os demais componentes curriculares da Educação Básica, pode e deve incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, possibilitando a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-raciais presente no Brasil. Com base nos registros em diários de campo, destacou que o constante diálogo entre os professores e alunos, a partir da prática social de jogos de origem ou descendência indígena e africana realizados no contexto das aulas de



Educação Física, proporciona a construção de processos educativos relacionados à valorização, conhecimento e reconhecimento da cultura Indígena e Africana, estimulando-os a apresentarem os seus saberes, suas descobertas, suas indagações e curiosidades.

Concluiu que a prática social do jogo, como compreendida na pesquisa, nas aulas de Educação Física, proporcionou momentos de encontro e reencontro com as nossas origens (ancestralidades), tais como: as descobertas junto aos familiares, nos contos e histórias lidos, nos filmes assistidos, nas palavras de origens indígenas e africanas (escritas e/ou faladas) que são utilizadas no nosso dia a dia, no compartilhar vivências, nas relações e interações que se estabeleceram entre todos no jogo do aprender-e-ensinar. Portanto, acredita que o jogo não pode ser considerado como uma mera atividade fragmentada da vida, como percebe que tem ocorrido no ambiente escolar, particularmente nas aulas de Educação Física. Para o autor, esse jogar com o outro, há uma relação de respeito e confiança entre ambas as partes, o que deve levar a uma transformação pessoal e social.

A dissertação de mestrado de Mayara Silvério Batista Rosa (2012), **As representações dos indígenas no livro didático de história do ensino fundamental (1º ao 5º ano) do ensino público de Campo Grande/ MS**, da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, vinculada à Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, teve como discussão geral analisar as representações dos indígenas nos livros didáticos de História de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental adotados pela Rede de Ensino Público de Campo Grande/ MS, após a aprovação da Lei 11.645/08.

A autora observou que o livro didático de História continua sendo usado como uma ferramenta que visa criar um sentimento de cultura nacional através da supressão das diferenças de raça, etnia, crença e língua, além disso, geralmente apresentam o indígena como selvagem, atrasado, ingênuo e congelado no tempo em narrativas generalizantes e que demonstram visões estereotipadas e pautadas na ótica do colonizador. Assevera que a aprovação da Lei nº 11.645/08, que garante e determina o ensino da história africana e



indígena nas escolas brasileiras, não pode ser colocada em prática de forma eficaz, sem que haja uma reformulação do livro didático e sem que os profissionais de educação passem por uma capacitação sobre o tema.

A reformulação do material didático e a capacitação dos professores que deveriam trabalhar em sala de aula as temáticas indígena e africana, fazem parte da lei aprovada em 2008, sendo assim é fundamental que chegue o mais rápido possível às mãos dos professores e alunos, manuais didáticos, reformulados, que tratem dessas questões de forma mais ampla e democrática. No entanto, apesar de tudo, a autora considera relevante que mesmo apresentando essas imagens fragmentadas, monoculturais e cristalizadas no passado colonial, já é um avanço que os livros didáticos de história estejam trabalhando, mesmo que de maneira notadamente etnocêntrica, a temática indígena. Observou-se que não faz muito tempo que os indígenas nem mesmo eram citados nos livros didáticos de história usados pelas escolas públicas de nosso país. Acredita que as análises elaboradas em sua pesquisa, podem colaborar para que a abordagem sobre os indígenas possa ser finalmente atrelada ao seu presente e afastada daquele estereótipo cristalizado que vem sendo repetido século após século como algo que deveria fazer sentido num mundo totalmente diferente daquele encontrado pelos “descobridores” e conclui que, mesmo que a abordagem sobre o indígena ainda privilegie a lógica europeia, o primeiro passo rumo a uma educação menos monocultural já foi dado, isso graças ao fato de o indígena, já fazer parte do currículo escolar.

Permeando o mesmo objeto de investigação, a dissertação de mestrado de Leonardo Machado Palhares (2012), com o título **Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora: ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de história**, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa imagens (ilustrações) sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História. Para análise, foram selecionadas duas coleções de livros de



História destinados às séries iniciais do Ensino Fundamental (2º ao 5º ano) no Brasil: História, Imagem & Texto e História no Dia-a-Dia.

Buscou avaliar os impactos da Lei nº 11.645/08 sobre coleções de livros didáticos aprovados e que constam do Guia do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2010. Considerou que, mesmo com as mudanças legais que definem a construção de representação não-estereotipada e orientações por novas pesquisas sobre história e cultura dos povos indígenas, como critérios para validação das coleções de livros didáticos, permanece ainda, parte das antigas representações, suavizadas por uma abordagem que mantém os índios como grupo homogêneo e preso à floresta, aos quais é atribuído um lugar moral – pois vivem em harmonia com a natureza e delas tiram apenas o que precisam para sobreviver – e, ao mesmo tempo, um lugar preservacionista – pois não destroem as matas.

O estudo evidencia que os processos de estigmatização e exclusão das sociedades indígenas foram e ainda continuam sendo marcados pela atribuição de características pejorativas que podem ser observadas na nomeação dos indígenas a partir da homogeneização cultural, na não-percepção das diferenças entre as comunidades indígenas — que são, com recorrência, indicadas a partir do termo genérico “índio” — e nas representações visuais dessas comunidades. Ao refletir sobre as representações da história dos indígenas nas coleções estudadas, afirma que a Lei nº 11.645/08 não impactou as coleções no período imediato a sua publicação.

Com isso, constatou que, apesar de avanços já considerados no estudo da história e cultura dos povos indígenas, permanece o uso de imagens estereotipadas, com grande recorrência de padrão físico uniformizado para retratar o índio, geralmente colocado na floresta. Estas são representações que não ajudam a avançar na problematização da questão indígena na sociedade brasileira. Refletir sobre os potenciais educativos das imagens que levam em consideração a mobilização de outra ordem de interpretação do mundo é



fundamental para um ensino de História que seja focado na problematização de temas a partir do uso de diferentes recursos (fontes) de estudo.

A pesquisa de doutorado de Marinês Viana de Souza (2010), **Entre Ajuricaba(s) e Zumbi(s): currículo e diversidade cultural. A inclusão das temáticas culturais de matrizes indígenas e africanas na área de Artes em escolas públicas da zona leste da cidade de São Paulo**, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na área de Artes, investigou como tem sido o processo de inclusão das temáticas culturais de matrizes africanas e indígenas no campo do ensino de artes em escolas públicas situadas na zona leste de São Paulo.

A autora investigou, por meio da abordagem metodológica de cunho qualitativo, com o aporte da análise de conteúdo, a prática de professores de Artes sobre qual era o conhecimento que eles tinham em relação às Leis nº 10.639 e 11645 e as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de que forma os professores trabalham as temáticas indicadas nas leis. Foram adotados os referenciais teóricos de autores que abordam o currículo na perspectiva crítica, a diversidade cultural sob a ótica dos estudos multiculturais e dos direitos humanos sobre a arte, abordando a sua relação com o ensino nas escolas. Conclui que os estudos curriculares ajudaram a evidenciar a realidade monocultural e etnocêntrica com que são formuladas as propostas pedagógicas no Brasil, onde não se observa a diversidade cultural como princípio articulador das práticas, uma vez que nossa tradição curricular não é democrática, porque a seleção de conteúdos privilegia certos saberes em detrimento de outros, e na área de Artes, os padrões estéticos se assentam em modelos monoculturais. Nesse contexto de desigualdades e exclusão, as histórias e culturas de matrizes africanas e indígenas têm uma tradição de invisibilidade ou de sub-representação, com abordagens que reforçam estereótipos e preconceitos em torno dos sujeitos que se vinculam culturalmente as mesmas.



Souza (2010) observou que é significativo o número de professores que tem conhecimento da legislação, porém, a implementação dessas ações enquanto práticas pedagógicas ainda têm se configurado de forma individualizada, variando de acordo com a inclinação do professor ou do desejo e trabalho das equipes escolares. Mesmo assim, acredita que essa realidade ainda possa ser superada, enfrentada, por meio de políticas públicas e não somente pela via da ação individual. Percebeu que, apesar das limitações impostas, da falta de formação específica, material e articulação das equipes, os professores demonstraram interesse em trabalhar com essa temática, em aprender mais e em criar os seus espaços de realização nas escolas. Portanto, as dificuldades não foram impedimento para que esses professores trabalhassem com os conteúdos culturais, numa perspectiva comprometida com a superação de estereótipos e preconceitos, indicando atenção no trato com essas questões nas aulas. Também destacou a necessidade de melhorar as ações educativas, para que estas não sejam realizadas em momentos esporádicos no currículo escolar, observando que essas ações não estão somente nas mãos desses profissionais.

Pelo resultado do estudo, acredita que cada um, em suas esferas de competências específicas, deve contribuir com o compromisso de implementação das leis e as Diretrizes Curriculares estudadas na tese, travando sempre um diálogo com a produção teórica sobre o tema, com as experiências vivenciadas de professores, atentando para os avanços e lacunas dessas medidas e que, certamente, as ações precisam ser assumidas nas políticas públicas das redes de ensino.

Com relação aos artigos científicos pesquisados na base da *Scientific Eletronic Library online (SCIELO)*, foram selecionados aqueles cuja discussão priorizou a formação de professores, materiais e práticas escolares que viabilizam o debate sobre conteúdos relacionados as populações negra e indígena.

O artigo de Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson Jesus (2013) intitulado **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de**



Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa, publicado no periódico Educar em Revista, apresenta a investigação apoiada e financiada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em parceria com a Representação da UNESCO no Brasil e coordenada pelo Programa de Ações Afirmativas na UFMG. Envolveu cinco Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de universidades públicas federais do país destacando os dilemas, desafios e limites do processo de implementação do ensino de História da África e das Culturas Afro-Brasileiras nas escolas públicas e privadas da educação básica brasileira. Observou-se que, de maneira irregular e muito complexa, o processo de implementação dessa legislação – uma alteração da LDB – torna-se imprescindível para compreender os desafios da política pública em educação e a diversidade, bem como novos elementos de análise para a pesquisa educacional.

O artigo de Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho (2013), **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso**, apresenta uma discussão que enfatiza que a Lei nº 10.639/2003, desde que foi promulgada, engendrou uma nova dinâmica nas escolas, instadas pelas determinações legais, gestores e professores formularam alternativas para fazer frente aos dispositivos que introduziram as temáticas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares do Ensino Fundamental. A análise sobre essas iniciativas evidencia mais do que a visão que esses agentes escolares cultivam sobre as temáticas propostas. Ela viabiliza um quadro singular do ambiente escolar, de suas virtudes e vícios. A partir da análise de seis escolas, em quatro Estados da Região Norte, o artigo demonstra que o imprevisto e a “boa intenção” superaram, em muito, o investimento em pesquisa e formação continuada, para o enfrentamento da questão étnico-racial no Brasil. Os resultados positivos das ações em curso, por iniciativa de diferentes entes, devem ser reconhecidos como importantíssimos para os alunos, porém, consideram que ainda há a ausência de uma política efetiva que viabilize a implantação no sistema de ensino, conforme estabelece a Lei 10.639/2003.



O artigo de Lucimar Rosas Dias (2012), intitulado **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo**, apresenta parte de sua pesquisa de doutorado defendida na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Teve como principal objetivo compreender os modos pelos quais professoras da primeira infância se apropriaram de conhecimentos adquiridos em cursos de formação continuada cujos objetivos foram os de estimular a inclusão de práticas pedagógicas que tratassem da diversidade étnico-racial. Foram analisadas duas experiências, uma desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, e outra pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP. O trabalho se ancora em concepções da teoria crítica da educação, para a qual as práticas pedagógicas estão relacionadas com as práticas sociais, sendo também tarefa do professor a construção de estratégias educacionais que fomentem o respeito da diversidade étnico-racial.

O artigo de Sônia Santos dos Santos e Vera Lúcia de Carvalho Machado (2008), intitulado **Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei nº 10.639) e novos desafios**, tem por base a dissertação de mestrado **População negra, relações inter-raciais e formação de educadoras/es: PENESB (1995-2007)**, defendida por Sônia Querino dos Santos e Santos na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Campinas, em dezembro de 2007. Investigou como o processo de identificação é construído no plano simbólico, nas opções curriculares, nas metáforas interditas que permeiam as ideias pré-concebidas que carregamos, pois nem sempre o diferente que vemos nos encanta, pelo contrário, muitas vezes, nos desafia e nos faz revisar nossas opções individuais e nossos valores.

O artigo de Wanderleya Nara Gonçalves Costa, sob o título **As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática** (2009), discute a temática a partir dos referenciais da Etnomatemática, da História Cultural e dos Estudos do Imaginário. Apresenta um breve estudo do Maracatu para sugerir aos professores algumas possibilidades



de ação. Atuando na formação de professores, a autora do artigo nos instiga com a seguinte questão problematizadora de sua abordagem: “Que potenciais, tensões e desafios estão presentes na proposta de se ressaltar, no ensino de matemática nas escolas básicas, as culturas indígenas e afro-brasileira?” (COSTA, 2009, p. 176). Objetivou com isso, resgatar a história da presença do ser negro, do ser índio e de seus conhecimentos nas propostas de governo e nas pesquisas acadêmicas em Educação Matemática; descobrir como as categorias analítico-descritivas cultura negra, cultura indígena, conhecimentos etnomatemáticos afro-brasileiros e indígenas são compreendidas e abordadas pelos professores de matemática da escola básica; sistematizar as possibilidades de uso pedagógico de etnomatemáticas indígenas e negras apontadas nas pesquisas, intensificando-as por meio da produção e da divulgação de conhecimentos e atividades didáticas capazes de auxiliar os professores de matemática a implementar ações de valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras na escola.

A autora destaca que são poucas as contribuições que professores de matemática do ensino básico brasileiro têm recebido para abordar as culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros. Portanto, acredita ser necessário encontrar soluções que possam levar esses professores a adotarem práticas pedagógicas que respeitem e divulguem a diversidade das culturas negras e das indígenas.

Portanto, a aplicação, com eficácia e cumprimento da lei, que é fruto de reivindicações de grupos de resistência e de valorização do negro e do índio, dependerá tanto das interpretações que dela serão feitas, quando do lugar político e ideológico que ocupará o professor da escola básica. Por isso, a necessidade de problematizar concepções e preconceitos desses professores e, também, de auxiliá-los na construção de caminhos capazes de, inclusive nas aulas de matemática, abordar os saberes e fazeres negros e indígenas. Com a implementação da Lei 11.645/2008, não significa tratar-se de mais uma disciplina no currículo escolar, mas de uma orientação para que as disciplinas que constituem o currículo



escolar básico – inclusive a matemática – incorporem a discussão sobre a contribuição dos negros e dos índios à cultura brasileira.

O artigo de Douglas Verrangia e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva intitulado **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências** (2010), em meio às discussões sobre direitos humanos, cidadania e educação, o artigo estudado, pretende contribuir para o entendimento de desafios e potencialidades do ensino de Ciências no contexto de uma formação para a cidadania plena. O objetivo do texto é propiciar a articulação entre cidadania, educação das relações étnico-raciais e ensino de Ciências, que possam destacar estratégias de ensino de Ciências que poderão promover a educação das relações étnico-raciais, entendidas enquanto direito humano fundamental. A partir do levantamento de diferentes dados empíricos como conversas informais e entrevistas com docentes da disciplina de Ciências na educação básica, estudos e debates transcorridos no contexto acadêmico dos autores, reuniões científicas de âmbito nacional e internacional, foram identificados cinco grupos de temáticas e questões que podem ser abordados no ensino de Ciências a fim de promover relações étnico-raciais entre estudantes, enquanto direito humano fundamental.

Esses grupos são: a) impacto das Ciências Naturais na vida social e racismo; b) superação de estereótipos, valorização da diversidade e Ciências Naturais; c) África e seus descendentes e o desenvolvimento científico mundial; d) Ciências, mídia e relações étnico-raciais, e) conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira e Ciências. Em contato com docentes em curso de formação continuada, os autores perceberam que as abordagens do ensino de Ciências visando o conhecimento das relações étnico-raciais podem contribuir para viabilizar processos educativos comprometidos com a formação para a cidadania e eliminação dos preconceitos étnicos, uma vez que esse trabalho suscitou maior interesse por parte dos professores quanto à elaboração e desenvolvimento de atividades e projetos pedagógicos na escola, na seleção de conteúdos conceituais preestabelecidos nos



livros didáticos, textos e ementas para o estabelecimento de ensino com uma visão menos fragmentada do conhecimento científico, atualmente abordado na escola.

CONCLUSÃO

Os estudos sobre as publicações científicas na área de formação de professores demonstram que, embora tenha aumentado o número de pesquisas que abordam a temática das relações étnico-raciais e, sobretudo, no que se refere à cultura africana e dos povos indígenas, ainda é muito visível a falta de conhecimento sobre a temática e a legislação, por parte dos professores, principalmente, da educação básica, e que a implementação das ações que propõe a lei nº 11.645/2008 ainda tem se configurado de forma individualizada, dependendo, muitas vezes, apenas da vontade, esforço e iniciativas isoladas de alguns professores, sem ter, ainda, se constituído como uma política que se efetiva em termos curriculares e pedagógicos.

Variando de acordo com a inclinação do professor ou do desejo das equipes e instituições escolares, a legislação apresenta-se frágil no cumprimento daquilo que é uma determinação nacional para corrigir uma lacuna existente no país a mais de 500 anos, ou seja, a ausência de abordagens curriculares que, efetivamente reconheça e respeite o lugar que ocuparam e ocupam as diferentes culturas e povos, na sociedade brasileira. Assim, como aponta a tese de doutorado de Marinês Souza (2010), essa demanda ainda precisa ser conquistada e enfrentada por meio de políticas públicas efetivas e não somente pela via da ação individual ou setorializada em algumas escolas do país.

Portanto, a aplicação, a eficácia e o cumprimento da Lei, frutos de movimentos e reivindicações de grupos de resistência, de valorização do negro e do indígena com o reconhecimento e respeito à diferença somente será possível a partir das condições reais de formação de professores, da disponibilidade de materiais didáticos adequados e não



estereotipados ou folclorizados e da permanente mobilização em torno da implementação de políticas públicas conquistadas nas lutas e movimentos sociais.

Deste modo, mesmo que a obrigatoriedade da inserção dos estudos culturais sobre a História da cultura dos povos Afro-Brasileiros e Indígenas, através da Lei nº 11.645/08 seja um avanço, um começo de uma ação política para valorização dessas culturas, consideramos que as ações a que se propõe a lei no campo educacional, devem ser viabilizadas nas instituições educativas em seus diferentes níveis, efetivando-se de fato nas estruturas curriculares, pois caso a lei não se efetive nas escolas, na prática, permanecerá uma educação eurocêntrica, pautadas em valores ocidentais que se impõem por sobre as demais culturas mantendo atitudes preconceituosas e minorando as oportunidades de reconhecimento, respeito e valorização a diversidade que compõem as diferentes sociedades humanas. Neste sentido é urgente que sejam viabilizadas ações para a formação de professores e disponibilização de recursos didáticos diferenciados e específicos para a efetiva abordagem do tema na educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BENTO, C. C. **Jogos de origem ou descendência indígena e africana na educação física escolar: educação para e nas relações étnico-raciais**. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Carlos, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 03**, de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>> Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Lei nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art26a.> Acesso em: 10 set. 2017.



_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em 15 agos. 2017.

COELHO, W. N. B.; COELHO, M. C. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista.** Curitiba, nº. 47, Jan./Mar. 2013, p. 67 – 84.

COSTA, W. N. G. As histórias indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v.25, n.02, ago. 2009, p. 175-198.

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação.** Mato Grosso do Sul, v. 17, n. 51, set./dez. 2012, p. 661 - 749.

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista.** Curitiba, nº.47, Jan./Mar. 2013, p. 19 – 33.

PALHARES, L. M. **Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora:** ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Minas Gerais, 2012.

ROSA, M. S. B. **As representações dos indígenas no livro didático de história do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) do ensino público de campo grande.** 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

SANTOS, S. Q. S.; MACHADO, V. L. C. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, jan./mar. 2008, p. 95-112.

SILVA, A. C. O. **Diversidades etnicorraciais e a política educacional de Pernambuco:** a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena como conteúdo curricular. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.



SOUZA, M. V. **Entre ajuricaba(s) e zumbi(s): currículo e diversidade cultural:** a inclusão das temáticas culturais de área em escolas públicas da zona Leste da cidade de São Paulo. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) PUC-SP, 2010.

VASCONCELOS, R. F. **Estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena: limites e possibilidades de implementação no contexto do ensino técnico em agropecuária no campus barreiros.** 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 36, set./dez. 2010. p. 705-708.